



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO DA ATA</b>			
<b>Nome da demanda</b>	Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”, em consonância com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Res. n.º 255/2018 do CNJ.	<b>Ata n.º</b>	1/2022
<b>Assunto da ata</b>	A mulher no mercado de trabalho e a participação feminina no TRT15.	<b>Data</b>	21/02/2022
<b>Local</b>	Plataforma Google Meet	<b>Horário</b>	das 10h07 às 11h38

<b>2.1 – PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO</b>	
<b>Nome</b>	<b>Área</b>
Luciane Storel	Desembargadora Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eleonora Bodrini Coca	Desembargadora integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Maeda	Juíza do Trabalho Substituta integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Ana Cláudia Torres Vianna	Juíza Titular integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eliana Cordeiro Nassif	Diretora da Secretaria de Vara do Trabalho integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Francielle Barbosa Prado	Psicóloga da Secretaria de Saúde e integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Lara de Paula Jorge	Assessora da Escola Judicial integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Juliana Marchi Alves	Juíza do Trabalho Substituta fixada da Vara do Trabalho de Araras
Renata Mendes Cardoso de Castro Pereira	Juíza do Trabalho Substituta fixada da 2ª Vara do Trabalho de Jundiá
Daniela Villas Boas Westfahl	Representante indicada pelo Sindiquinze



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Nívea Alves Marcetti	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí
Maristela Rodrigues	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí
Andrea Vicente de Paula	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí
Andresa Cristina Cavallini	Servidora da 4ª Vara do Trabalho de Jundiáí

## 2.2 – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Nome	Área
Paula Toniatti	Secretária de Gestão de Pessoas integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário, destacada com dedicação integral pela Presidência

## 3 – PAUTA DA REUNIÃO

Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”.

## 4 – DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Exma. Coordenadora do Grupo de Trabalho, Desembargadora Luciane Storel, inicia a reunião dando as boas-vindas às participantes e explanando os objetivos do GT “Participação Feminina no Judiciário” e, mais precisamente, do projeto piloto em que se insere a oficina em questão. Manifesta a Exma. Coordenadora do GT que os conteúdos debatidos neste e nos demais encontros subsidiarão a construção de uma política voltada para a participação feminina na Instituição. Ao ensejo, reitera o caráter informal do encontro e a importância de que todas se sintam à vontade para se expressar.

A Exma. Coordenadora do GT se apresenta e passa a palavra às demais integrantes do grupo. Apresenta-se a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna, seguida por: Exma. Juíza Patrícia Juliana Marchi Alves, psicóloga Francielle Barbosa Prado, assessora da Escola Judicial Lara de Paula Jorge, diretora Eliana Cordeiro Nassif, Exma. Juíza Patricia Maeda, servidoras Nívea Alves Marietti, Andrea Vicente de Paula e Andressa Cristina Cavallini, Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca, servidoras Daniela Villas Boas Westfahl e Maristela Rodrigues. Ao longo das apresentações, as participantes levantam experiências e questões referentes à desigualdade de gênero na sociedade e, mais especificamente, no mercado de trabalho.

A psicóloga Francielle é instada a compartilhar o vídeo “A Mulher no Mercado de Trabalho” e, após a exibição do conteúdo, convida as demais participantes a debaterem a temática. Manifesta-se a Exma. Juíza Patrícia Maeda sobre o fato de que, apesar das condições de igualdade inerentes a um concurso público, pesquisas apontam um desequilíbrio na carreira e nos salários quando se comparam homens



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

e mulheres ao longo da jornada profissional no Judiciário. Afirma que, à exceção da Justiça do Trabalho, a magistratura é composta predominantemente pelo gênero masculino. Aponta também que a divisão sexual do trabalho implica em menores possibilidades de que mulheres assumam cargos de gestão ou progredam na carreira da magistratura, dado que tais condições implicam em um aumento da jornada de trabalho incompatível com as outras “funções femininas” socialmente impostas.

Acrescenta a Exma. Coordenadora do GP as experiências relacionadas à discriminação de gênero que vivenciou ao longo de sua trajetória no Judiciário, tais como questões relacionadas às vestimentas exigidas ao sexo feminino para adentrar as Instituições e dificuldades inerentes à gestação e à maternidade da mulher trabalhadora: desmame precoce, comentários recriminatórios sobre licença maternidade etc. Observa também que este tipo de discriminação se faz presente mesmo em cargos mais altos, em que as mulheres têm, muitas vezes, seus espaços de fala cerceados. Menciona, ainda, que a presidência de comitês e comissões é comumente ocupada a partir do critério de antiguidade e que, uma vez que os mais antigos são homens, as mulheres acabam por ocupar menos posições nestes âmbitos.

Manifesta-se a psicóloga Francielle Barbosa Prado sobre alguns dados de sua pesquisa mestrado, que apontam a maior prevalência do sexo masculino em cargos de gestão em comparação ao sexo feminino. Também tece observações sobre o impacto da “carga mental” na saúde psíquica das mulheres que, para além de se sentirem sobrecarregadas, têm o avanço de suas carreiras muitas vezes inviabilizado pela falta de disponibilidade decorrentes da carga física e psíquica do trabalho doméstico, socialmente atribuído a elas.

Observa a servidora Daniela Villas Boas Westfahl que o machismo é subestimado na sociedade. Menciona o fato de que o sexo feminino passou a ter maior prevalência no ingresso à magistratura apenas quando os concursos para tal carreira deixaram de apresentar os nomes dos candidatos nas fases de avaliação. Também reflete sobre os aspectos culturais que moldam as mulheres para que sejam “certinhas” e o quanto isso faz com que elas apresentem maiores níveis de aprovação para o ingresso em carreiras ditas difíceis, como medicina, ao passo que dificulta o desenvolvimento de habilidades “políticas”, do “traquejo” solidário presente nas relações entre os homens.

Manifesta-se a Exma. Juíza Patrícia Juliana Marchi Alves sobre o fato de que a divisão sexual do trabalho está na base de todas as desigualdades de gênero, permeando inclusive o Direito que, muitas vezes, reforça questões discriminatórias. Menciona dificuldades relacionadas à discriminação de gênero que enfrentou ao longo de sua jornada no Judiciário, especificamente relacionadas à maternidade.

Acrescenta a assessora da Escola Judicial Lara de Paula Jorge a visão de que as questões relacionadas à temática devem ser tratadas por meio de espaços de diálogo e colaboração entre homens e mulheres, e não a partir de uma luta por espaços entre os sexos. Observa também a importância de uma educação que não perpetue o machismo, para que crianças e jovens não reproduzam tais modelos de comportamento na vida adulta. Enfatiza que a luta contra uma sociedade machista deve ser uma construção amorosa, e não uma disputa.

Manifesta-se a Exma. Juíza Patrícia Maeda requisitando que as participantes acessem o link disponibilizado no chat e insiram, na plataforma disponibilizada, sugestões de temas a serem trabalhados nas reuniões seguintes. Retoma a discussão anterior e aponta não ser possível que se esperem as próximas gerações para que questões sérias relacionadas às diferenças de gênero sejam solucionadas. Aponta que o antagonismo é necessário em algumas lutas. Levanta também a problemática do assédio, que frequentemente impede a participação feminina em espaços de poder.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Observa a Exma. Desembargadora Elonora Bodrini Coca que não necessariamente a ocupação de postos de poder pelo sexo feminino significa maior sensibilidade das instituições às questões de gênero. Acrescenta que o machismo estrutural, presente em nosso cotidiano, faz com muitas mulheres também reproduzam comportamentos discriminatórios, ainda que não percebam. Cita Djamila Ribeiro e afirma que é insuficiente que sejamos apenas “não machistas”, precisamos ser “anti machismo”. Relembra experiências que viveu no Ministério Público e no TRT15 e enfatiza dois eventos que serão promovidos pela Escola Judicial: o primeiro no dia 4 de março (“Perspectiva de gênero no Sistema de Justiça Brasileiro”) e o outro, no dia 7 de março (“O machismo cotidiano”).

Manifesta-se a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna fazendo um breve resumo das reflexões suscitadas no encontro. Enfatiza os múltiplos papéis femininos na sociedade e a angústia das mulheres diante da impossibilidade de realizar todos eles de forma plena. Acrescenta a riqueza das discussões promovidas na reunião e frisa a necessidade de que este espaço não seja apenas um momento de partilha de ideias, mas um ponto de partida para ações.

Solicita novamente a Exma. Juíza Patrícia Maeda que as participantes acessem o link já disponibilizado no chat e preencham a plataforma com sugestões de temas para os próximos encontros.

Manifesta a Exma. Coordenadora do GT que esta e as demais oficinas devem dar subsídios para ações institucionais, e que não devem se restringir apenas a um espaço de desabafo. Acrescenta que o espaço promoveu uma rica discussão e que espera a ampla participação das mulheres do TRT15 nas demais oficinas. Pergunta às participantes sobre a viabilidade de que os próximos encontros se mantenham nas segundas-feiras, no horário das 10 horas da manhã, ao que todas respondem que concordam. Afirma que o próximo tema partirá das sugestões dadas pelas participantes na plataforma disponibilizada pela Exma. Juíza Dra. Patrícia Maeda.

A Exma. Juíza Dra. Patrícia Maeda questiona se pode tirar uma foto do grupo e o faz após a concordância de todas.

A psicóloga Francielle Barbosa Prado é instada a compartilhar o vídeo com a música “Para todas as mulheres”. Após a exibição do conteúdo, a Exma. Juíza Patrícia Maeda descreve e compartilha em tela as principais sugestões de temas que apareceram na plataforma: banco de especialidades, assédio moral e sexual, a mulher e as oportunidades na carreira, ocupação dos espaços de poder e atuação política da mulher, teletrabalho, ações positivas realizadas pelo TRT para a redução da desigualdade de gênero no TRT15, gravidez e maternidade *versus* trabalho profissional, trabalho reprodutivo e sobrecarga física e mental, leitura de textos base, mulheres machistas, patriarcado, como promover mais a inclusão e a igualdade de gênero no TRT15.

A Exma. Coordenadora do GT reitera que as sugestões de temas serão analisadas para a escolha do conteúdo a ser abordado na próxima oficina.

Manifesta-se a Exma. Juíza Patrícia Maeda para cumprimentar a Exma. Juíza Renata Mendes Cardoso de Castro Pereira, cujo ingresso no encontro se deu com algum atraso. A Exma. Juíza pede desculpas pela demora, justificada por imprevistos em sua Vara, e salienta que deseja participar das próximas reuniões.

Por fim, a Exma. Coordenadora do GT pergunta às participantes se desejam acrescentar algum comentário e, diante do silêncio, dá por encerrada a reunião do Grupo de Trabalho, agradecendo à participação de todas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

<b>5 – APROVAÇÃO DA ATA</b>	
<b>Elaborada por</b>	Francielle Barbosa Prado
<b>Revisada por</b>	
<b>Considerada aprovada em</b>	